Campus **Porto Velho Zona Norte**
Coordenação do Curso Pós-graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica

LUANA FERNANDA DEOCLECIO

MULTILETRAMENTO NA EJA E A FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO PARA OS AVANÇOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Porto Velho
2026

LUANA FERNANDA DEOCLECIO

MULTILETRAMENTO NA EJA E A FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO PARA OS AVANÇOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Monografia entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica junto ao Curso Pós-graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica sob a orientação da Professora Orientadora Maria Ivanilse Calderon Ribeiro.

Porto Velho
2026

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Gerador de Ficha Catalográfica do IFRO.

Deoclecio, Luana Fernanda.
Multiletramento na EJA e a formação integral do aluno para o avanço da sociedade contemporânea / Luana Fernanda Deoclecio. - Porto Velho, 2026.
47 f.

Orientador(a): Profª Drª Maria Ivanilse Calderon Ribeiro.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, Porto Velho, 2026.

1. avanços tecnológicos . 2. formação humana integral . 3. Educação de Jovens e Adultos . 4. tecnologias educacionais . I. Ribeiro, Maria Ivanilse Calderon (orient.). II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO. III. Título.

Bibliotecário(a) Responsável: Gizele de Melo Viana, CRB-11/914

LUANA FERNANDA DEOCLECIO

MULTILETRAMENTO NA EJA E A FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO PARA OS AVANÇOS DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Monografia entregue como Trabalho de Conclusão de Curso ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Zona Norte, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica junto ao Curso Pós-graduação Lato Sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica sob a orientação da Professora Orientadora Maria Ivanilse Calderon Ribeiro.

Aprovado em 01/09/2026 pela banca examinadora.

gov.br Documento assinado digitalmente
KARISTON DIAS ALVES
Data: 13/10/2026 09:28:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Kariston Dias Alves
Membro da Banca

gov.br Documento assinado digitalmente
ALESSANDRO DE ALMEIDA
Data: 14/10/2026 11:09:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Alessandro de Almeida
Membro da Banca

gov.br Documento assinado digitalmente
MARIA IVANILSE CALDERON RIBEIRO
Data: 19/10/2026 10:14:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Maria Ivanilse Calderon Ribeiro
Orientadora

Dedico este trabalho aos meus filhos, por quem sigo aprendendo e construindo novos caminhos; aos meus alunos da Luana Consultoria Acadêmica e do Jovem Aprendiz do SEST SENAT, que dão sentido ao meu compromisso com a educação; a todos os professores que já participaram da minha jornada de aprendizagem, e em especial à minha orientadora do IFRO.

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, por serem minha inspiração diária e parte de cada conquista. Meu amor por vocês fortalece minha vontade de continuar aprendendo e construindo, novas possibilidades para nossa vida. Este trabalho também expressa a importância que atribuo à educação e ao exemplo que desejo deixar a vocês.

Aos meus alunos da Luana Consultoria Acadêmica, pela confiança em meu trabalho e pela oportunidade de acompanhar suas trajetórias. Suas dúvidas, esforços e conquistas também me ensinam e renovam meu compromisso com uma atuação acolhedora, responsável e comprometida com a aprendizagem.

Aos meus alunos da Educação Profissional, no eixo Jovem Aprendiz do SEST SENAT, pelas experiências e aprendizagens compartilhadas. O encontro com suas histórias, expectativas e diferentes maneiras de compreender o mundo inspira minha prática docente e meu compromisso com uma formação que reconheça cada estudante em sua singularidade.

Aos professores e à minha orientadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), pelas contribuições à minha formação acadêmica e às reflexões sobre a docência na Educação Profissional e Tecnológica. Os conhecimentos construídos ao longo desse percurso contribuíram para ampliar minha compreensão sobre as relações entre educação, trabalho e formação humana.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.”

Cora Coralina

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos promove inclusão, autonomia e cidadania, contribuindo para a redução das desigualdades sociais, sendo uma ferramenta essencial de transformação e justiça social. O avanço tecnológico transforma o mercado de trabalho, exigindo qualificação contínua e novas competências. Neste cenário, o multiletramento na EJA favorece a formação integral ao valorizar diferentes linguagens e contextos sociais, ampliando as aprendizagens e fortalece a participação crítica dos alunos. O objetivo geral deste estudo consiste em analisar como o uso de tecnologias nas práticas pedagógicas da EJA pode promover o multiletramento para a formação integral dos alunos. A metodologia adotada para a condução do estudo foi a pesquisa bibliográfica, utilizando os materiais estudados nas disciplinas do primeiro semestre deste curso, e a busca em plataformas de dados online. Conclui-se que o multiletramento na EJA é essencial para a formação integral do aluno, pois amplia a leitura, a escrita, a comunicação e a participação social. Além disso, ao valorizar diferentes linguagens, culturas e tecnologias, favorece uma aprendizagem mais crítica e conectada à realidade. Portanto, fortalece a autonomia, a inclusão digital e a cidadania dos estudantes na sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Avanços tecnológicos; Formação humana integral; Educação de jovens e adultos; Tecnologias educacionais.

ABSTRACT

Youth and Adult Education promotes inclusion, autonomy, and citizenship, contributing to the reduction of social inequalities and serving as an essential tool for transformation and social justice. Technological advancement transforms the labor market, requiring continuous qualification and new skills. In this scenario, multiliteracies in Youth and Adult Education favor integral education by valuing different languages and social contexts, expanding learning opportunities and strengthening students' critical participation. The general objective of this study is to analyze how the use of technologies in pedagogical practices in Youth and Adult Education can promote multiliteracies for students' integral education. The methodology adopted for the development of the study was bibliographic research, using the materials studied in the first-semester courses of this program, as well as searches on online databases. It is concluded that multiliteracies in Youth and Adult Education are essential for students' integral education, as they expand reading, writing, communication, and social participation. Furthermore, by valuing different languages, cultures, and technologies, they favor more critical learning connected to reality. Therefore, they strengthen students' autonomy, digital inclusion, and citizenship in contemporary society.

KEYWORDS: Technological advances; Integral human formation; Youth and adult education; Human emancipation.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10
2 METODOLOGIA 12
3 EJA, TECNOLOGIAS E MULTILETRAMENTO: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 20
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO 41
5 CONCLUSÃO 44
REFERÊNCIAS 45

1 INTRODUÇÃO

Minha experiência com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na modalidade do ensino a distância (EAD) evidenciou dificuldades significativas no uso de ferramentas tecnológicas, não somente para os estudos, mas para o mercado de trabalho, o que exclui os alunos de oportunidades de emprego, além também da dificuldade do uso de tecnologias para as atividades cotidianas de um mundo cada vez mais tecnológico.

Não podemos enquanto docentes, ignorar o fato de que alunos não saibam utilizar *softwares* de edição de texto, planilhas, elaboração de apresentações, fazer um currículo, cadastrar-se em uma vaga de trabalho online, navegar em um ambiente de aprendizagem online, salvar um documento em uma pasta de um computador ou armazenamento online, ter acesso a informações seguras online, serviços do governo, dentre outras milhares de possibilidades que o conhecimento tecnológico pode beneficiar seus usuários, ou ocasionar a sua exclusão, sendo estas atividades corriqueiras na rotina de estudantes do EAD e do cidadão.

Esse movimento reflexivo me levou a perceber que, no cenário educacional contemporâneo, a formação integral dos alunos deve ser uma prioridade, não apenas no sentido de proporcionar conhecimentos técnicos, mas também ao integrar habilidades digitais e de comunicação, essenciais para a emancipação dos sujeitos.

Os avanços tecnológicos e as transformações digitais têm implicado mudanças significativas no mercado de trabalho, o que exige dos profissionais não apenas conhecimentos específicos, mas também uma capacidade de adaptação contínua. Nesse contexto, a EJA se configura como uma importante ferramenta de inclusão, pois oferece aos alunos a oportunidade de acessar esses conhecimentos e, assim, ampliar suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

Deste cenário, emerge a problemática: Qual a relevância do uso de tecnologias nas práticas pedagógicas para a EJA em um mundo contemporâneo com constante avanço tecnológico? Este estudo tem como objetivo geral: analisar como o uso de tecnologias nas práticas pedagógicas da EJA pode promover o multiletramento para a formação integral dos alunos. Como objetivos específicos, listam-se: compreender a EJA como

ferramenta de transformação social; debater sobre o mercado de trabalho e o constante avanço tecnológico; contextualizar o multiletramento na EJA e a formação integral dos alunos.

Justifica-se a relevância do estudo sobre o estudo da temática, pois a formação integral do aluno para os avanços da sociedade contemporânea fundamenta-se na necessidade de refletir sobre os desafios enfrentados pela educação profissional diante das transformações digitais e dos avanços tecnológicos que impactam diretamente o mundo do trabalho.

O presente trabalho encontra-se organizado na seguinte estrutura: introdução para ambientação dos principais pontos norteadores do estudo, seguido do capítulo metodológico, após apresenta-se o corpus do referencial teórico, prosseguido dos resultados e discussões, arrematando o estudo com a apresentação das considerações finais.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou abordagem qualitativa, caráter exploratório e delineamento bibliográfico; fundamentado em Gil (2017), tomando como base materiais já publicados e procedimentos de seleção, leitura, fichamento e confronto crítico das fontes. A abordagem qualitativa permitiu examinar conceitos, argumentos e experiências presentes na literatura. As contribuições dos textos foram interpretadas em relação ao problema e aos objetivos da pesquisa, respeitando a natureza e os limites de cada publicação.

A fundamentação do trabalho reuniu materiais de duas origens. A primeira correspondeu às leituras realizadas durante a pós-graduação em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, entre as quais Frigotto (2001), Saviani (2007), Lévy (1999), Kenski (2007), Lopes (2016) e Kuenzer (2017). Esses textos contribuíram para a construção do referencial teórico sobre educação, trabalho, formação humana e tecnologias. A segunda origem correspondeu às publicações localizadas na revisão de literatura, realizada em bases de dados eletrônicas.

O levantamento bibliográfico foi realizado no Google Acadêmico e na SciELO, o recorte temporal selecionado foi de 2000 a 2026. Foram utilizados cinco descritores: “Educação de Jovens e Adultos”, “multiletramentos”, “tecnologias digitais”, “formação integral” e “mundo do trabalho”. Esses descritores foram combinados com os operadores booleanos AND e OR, de modo a relacionar os eixos temáticos e ampliar ou delimitar a recuperação de publicações pertinentes aos objetivos da pesquisa.

Os critérios de inclusão delimitados foram: materiais publicados em língua portuguesa; disponibilizados de forma gratuita e em sua versão completa, em alinhamento com os objetivos do estudo. Os critérios de exclusão delimitados foram: materiais publicados em língua estrangeira; disponibilizados de forma paga e em sua versão resumida, sem alinhamento com os objetivos do estudos.

A seleção ocorreu em duas etapas. Na primeira, foram recuperados 763 materiais. Na segunda etapa, foram lidos os títulos e os resumos dos resultados da busca inicial, considerando sua relação com os objetivos do estudo. Após essa leitura, permaneceram 25 materiais. Esse movimentado e apresentado de forma detalhada no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Resultados das etapas de busca e seleção

Base de dados	Registros na fase I	Registros na fase II
SciELO	19	3
Google Acadêmico	744	22
Total	763	25

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

As publicações selecionadas foram sistematizadas no quadro 2 abaixo, com autoria e ano, título, base de dados de hospedagem do estudo e resultados do estudo.

Quadro 2 – Matriz dos estudos selecionados

Nº	**Estudo**	**Autor/Ano**	**Base de dados**	**Conclusão do estudo**
1	As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem	Azevedo, Shiroma e Coan (2012)	Google Acadêmico	As reformas da educação profissional apresentaram mudanças e permanências, evidenciando a importância de compreender as políticas educacionais em seu contexto histórico e nas relações com a formação dos trabalhadores.
2	Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria	Bauman (2008)	Google Acadêmico	A lógica do consumo passou a influenciar a construção das identidades e as relações sociais, submetendo as próprias pessoas a processos de valorização e comercialização.
3	Educação digital e midiática: como elaborar e implementar o currículo nas escolas	Brasil / MEC (2025)	Google Acadêmico	A inserção da educação digital e midiática no currículo exigiu planejamento institucional e formação dos profissionais, com

				definição dos conhecimentos e competências a serem desenvolvidos.
4	EJA Conectada: a pedagogia dos multiletramentos nos processos educativos de jovens e adultos escolarizados	Carvalho (2019)	Google Acadêmico	A integração dos multiletramentos à EJA demandou formação continuada dos professores e práticas pedagógicas relacionadas às experiências dos estudantes na cultura digital.
5	A sociedade em rede	Castells (2002)	Google Acadêmico	A organização da sociedade em redes modificou o trabalho, a economia e a circulação de informações, produzindo possibilidades de participação e processos de exclusão.
6	Conectividade significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil	Cetic.br / NIC.br (2024)	Google Acadêmico	As condições de conectividade foram desiguais entre grupos sociais e territórios. Melhores condições de acesso estiveram associadas a maiores habilidades digitais, indicando que possuir conexão não assegurou condições equivalentes de uso.
7	A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica	Ciavatta (2016)	Google Acadêmico	A compreensão da educação profissional exigiu considerar sua constituição histórica e social, relacionando a análise das políticas educacionais às questões do trabalho, do conhecimento e da formação humana.
8	As tecnologias na educação de jovens e adultos: contribuições para a prática educativa	Coelho e Araújo (2021)	Google Acadêmico	A proposta vinculou o uso das tecnologias à formação crítica dos trabalhadores, destacando a preparação dos educadores e a organização pedagógica como

				caminhos para contribuir com a transformação social.
9	Transformações da sociedade contemporânea	Costa e Ianni (2018)	Scielo	A individualização e as mudanças da modernidade ofereceram elementos para compreender as relações entre indivíduo e sociedade, situando historicamente as discussões sobre cidadania e inclusão.
10	Educação de jovens e adultos: reparar, equalizar e qualificar	Costa et al. (2023)	Google Acadêmico	A EJA foi compreendida como uma modalidade de relevância social e política. As dificuldades de acesso às mídias digitais, acentuadas no ensino remoto, evidenciaram obstáculos à participação educacional.
11	Tecnologia e cultura: entendendo as relações sociais na era digital	Gonçalves e Regattieri (2018)	Google Acadêmico	As tecnologias digitais modificaram formas de comunicação e convivência, indicando que as mudanças técnicas também envolveram transformações culturais e nas relações entre as pessoas.
12	Internet é principal atividade de lazer para 54% dos jovens	GS1 Brasil (2019)	Google Acadêmico	O levantamento divulgado apontou a navegação na internet como atividade habitual de lazer para 54% dos jovens de 18 a 24 anos, sem representar especificamente os estudantes da EJA.
13	Escolarização de jovens e adultos	Haddad e Di Pierro (2000)	Scielo	A trajetória da EJA revelou tensões entre a democratização das oportunidades educacionais e a marginalização da modalidade nas reformas, destacando a importância das relações entre Estado e sociedade civil.

14	A exclusão digital no mundo e por que provoca desigualdade	Iberdrola (s.d.)	Google Acadêmico	A exclusão digital envolveu dificuldades de acesso, utilização e qualidade da conexão, relacionadas a barreiras econômicas, educacionais e sociais.
15	Tecnologia-trabalho	Lourenço (2024)	Google Acadêmico	A digitalização das atividades econômicas trouxe desafios de qualificação e realocação profissional, tornando relevante articular a formação dos trabalhadores à sua proteção diante das mudanças no trabalho.
16	Tecnologias digitais, habilidades ocupacionais e emprego formal no Brasil entre 2003 e 2017	Maciente, Rauen e Kubota (2019)	Google Acadêmico	O emprego formal brasileiro apresentou baixa utilização de habilidades complexas e desigualdades regionais, indicando vulnerabilidade à automação e desafios para a qualificação dos trabalhadores.
17	Multiletramentos na EJA: uma proposta de ampliação da competência leitora com a obra Quarto de despejo: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus	Oliveira (2023)	Google Acadêmico	O estudo resultou em uma proposta de leitura literária que relacionou diferentes linguagens às experiências dos estudantes da EJA, oferecendo uma possibilidade de organização pedagógica dos multiletramentos.
18	Governo digital e exclusão digital: das vulnerabilidades aos vulneráveis: uma proposta inclusiva para pessoas em situação de rua na Plataforma Gov.br	Paz (2024)	Google Acadêmico	A oferta digital de serviços públicos foi problematizada diante das barreiras enfrentadas por pessoas em situação de rua, relacionando inclusão digital, acesso às políticas públicas e exercício de direitos.
19	Breve análise sobre a relação homem e sociedade	Prá (2018)	Google Acadêmico	Na perspectiva ontopsicológica adotada, o desenvolvimento individual foi relacionado ao

				autoconhecimento e à superação de estereótipos, considerando a sociedade em sua relação com a realização da pessoa.
20	Inteligência artificial, automação do trabalho, empregabilidade e previdência social	Brasil / Câmara dos Deputados; Queiroz (org.) (2026)	Google Acadêmico	As transformações associadas à inteligência artificial e à automação apontaram para a necessidade de políticas que articulassem inovação, requalificação profissional e proteção social dos trabalhadores.
21	História e política da educação profissional	Ramos (2014)	Google Acadêmico	A educação profissional foi compreendida em articulação com a formação humana, sustentando uma organização curricular integrada e uma preparação que ultrapassasse as exigências imediatas do mercado.
22	A natureza social da pessoa humana	Silva, A. W. C., e Junior, D. V. N. (2010)	Google Acadêmico	Na abordagem filosófico-teológica adotada, a dignidade da pessoa e a vida em sociedade foram relacionadas ao desenvolvimento humano, tendo a ética cristã como referência.
23	Recursos digitais para a prática do multiletramento em modo remoto em turma da Educação de Jovens e Adultos – EJA	Silva, J. R. T. (2022)	Google Acadêmico	As experiências relatadas apontaram possibilidades de trabalhar diferentes linguagens por meio de recursos digitais na EJA, considerando os conhecimentos prévios dos estudantes e as dificuldades do ensino remoto.
24	A importância da inserção e uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação	Silva, K. F. (2024)	Google Acadêmico	A utilização das tecnologias na EJA foi limitada pela falta de equipamentos, conexão, espaço

	(TDICs) na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Instituto Padre Miguelinho			adequado e formação docente, apesar do reconhecimento de sua importância pelos professores.
25	A socialização do indivíduo e suas diversas facetas	Teixeira (2017)	Scielo	A resenha destacou que a socialização juvenil envolveu relações com escola, família, religião e mídia, atravessadas por desigualdades e pelas diferentes trajetórias dos sujeitos.

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

Concluída a organização das fontes, encerrou-se a apresentação do percurso metodológico adotado na pesquisa. O material sistematizado subsidiou a discussão desenvolvida no capítulo seguinte, conforme os procedimentos de análise previamente descritos. A análise dos conteúdos consultados foi conduzida com base na análise de conteúdo de Bardin (2016), mediante abordagem temática e categorial.

O procedimento compreendeu a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados, com inferência e interpretação. Na pré-análise, realizou-se a leitura exploratória dos conteúdos e a organização das informações bibliográficas. Na exploração do material, foram identificados núcleos de sentido pertinentes aos objetivos da pesquisa, adotados como unidades de registro.

As três categorias utilizadas na análise foram sistematizadas no Quadro 3 e vinculadas aos objetivos específicos. A categoria EJA e transformação social reuniu conteúdos sobre direitos e formação humana; Trabalho e transformações tecnológicas, sobre mudanças nas ocupações e desigualdades de participação; e multiletramentos e formação integral, sobre práticas de linguagem, mediação docente e apropriação crítica das tecnologias.

Quadro 3 – Categorias utilizadas na análise de conteúdo

Objetivo específico	**Categoria de analíse**	**Núcleos de sentido e diálogo teórico**
Compreender a EJA como ferramenta de transformação social.	C1 EJA e transformação social	Direito à educação, desigualdades e formação humana.
Debater sobre o mercado de trabalho e o constante avanço tecnológico.	C2 Trabalho e transformações tecnológicas	Qualificação, automação, condições de trabalho e desigualdades digitais,
Contextualizar o multiletramento na EJA e a formação integral dos alunos.	C3 Multiletramentos e formação integral	Práticas de leitura e produção de sentidos, experiências culturais, mediação docente e condições de uso das tecnologias

Fonte: Elaborado pela autora (2026)

No tratamento dos resultados, foram comparadas as contribuições reunidas em cada categoria, considerando convergências, diferenças de enfoque e limites de interpretação. O cotejamento relacionou as possibilidades de participação social e formação humana às condições de acesso, à mediação pedagógica e às transformações do trabalho. As propostas didáticas, os argumentos teóricos, os dados institucionais e os resultados de pesquisas empíricas foram interpretados segundo sua natureza e alcance. Essa distinção orientou a síntese, sem atribuir efeitos causais ou generalizar experiências locais para toda a EJA.

3 EJA, TECNOLOGIAS E MULTILETRAMENTO: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO INTEGRAL DO ALUNO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Iniciam-se as discussões deste referencial teórico a partir da reflexão acerca da natureza social da pessoa humana, compreendendo que o ser humano se constitui nas relações que estabelece com os outros e com o meio em que vive. Essa perspectiva permite reconhecer que a vida em sociedade não apenas organiza a convivência humana, mas também influencia os modos de participação, formação, trabalho e construção da dignidade dos sujeitos.

Nesse sentido, torna-se necessário compreender o trabalho como uma dimensão fundamental da existência humana, pois é por meio dele que o indivíduo transforma a natureza, produz condições de sobrevivência e participa historicamente da vida coletiva. A partir dessa base, amplia-se a análise para a sociedade contemporânea, marcada por intensas transformações sociais, tecnológicas e econômicas, as quais impactam diretamente o mercado de trabalho e exigem novas formas de aprendizagem, adaptação e participação social.

Segundo Prá (2018), o conceito de homem pode ser compreendido a partir de diferentes dimensões que compõem sua existência: a dimensão individual, relacionada à sua identidade e singularidade; a dimensão social, vinculada às relações que estabelece com os outros; a dimensão histórica, construída pelas experiências e contextos em que está inserido; e a dimensão existencial, associada à busca de sentido, realização e desenvolvimento de si. Nesse sentido, a sociedade apresenta-se como o espaço coletivo de convivência, organização e interação, no qual os sujeitos compartilham normas, valores, experiências e formas de participação. Neste ínterim, a relação entre homem e sociedade é marcada por influência recíproca, pois o indivíduo é constituído pelas estruturas sociais, ao mesmo tempo em que também contribui para transformá-las. Portanto, compreender essa relação exige reconhecer que o homem não se realiza isoladamente, mas em diálogo constante com os outros, com a cultura e com as condições históricas de sua existência.

Em seu estudo Silva e Júnior (2010) descrevem a natureza social da pessoa humana evidenciando que o ser humano se constitui nas relações que estabelece com os outros, pois a convivência social não é um elemento externo à sua existência, mas parte essencial de sua própria formação. Desde o nascimento, a família e o

demais grupos sociais contribuem para o desenvolvimento da dignidade, da responsabilidade e da participação no bem comum. Diante este cenário, a vida em sociedade possibilita que a pessoa amplie suas capacidades individuais por meio do diálogo, da reciprocidade e da cooperação. Contudo, diante das transformações tecnológicas, científicas e das relações cada vez mais marcadas pelo interesse e pela impessoalidade, torna-se necessário reafirmar a importância dos vínculos humanos, da justiça e da valorização da pessoa como princípio, sujeito e fim das instituições sociais.

Portanto, a socialização do indivíduo constitui-se como um processo dinâmico e dialético, no qual a pessoa é formada pelas relações estabelecidas com diferentes espaços sociais, como a família, a escola, o trabalho e a mídia. Nesse contexto, o indivíduo não deve ser compreendido apenas como receptor das normas e valores sociais, pois também interpreta, reelabora e atribui sentidos às experiências vivenciadas. Além disso, as diversas facetas da socialização revelam que a formação humana ocorre por meio da interação entre estruturas sociais e trajetórias individuais. Compreender esse processo exige considerar tanto a influência da sociedade sobre o sujeito quanto a capacidade do indivíduo de participar, agir e construir sua identidade no meio social (Teixeira,2017).

Nesta seara, segundo a concepção de Frigotto (2001), o trabalho pode ser compreendido como fundamento criador da vida humana, uma vez que permite ao ser humano transformar a natureza e produzir os meios necessários à sua existência biológica, social, cultural e simbólica. Diferentemente dos animais, que respondem ao meio de forma instintiva, os sujeitos constroem historicamente sua vida por meio da ação consciente, planejada e socialmente organizada. Nesse sentido, o trabalho assume uma dupla centralidade: atende às necessidades fundamentais da sobrevivência e, ao mesmo tempo, constitui-se como princípio educativo, pois possibilita a aprendizagem, a criação e a participação na vida coletiva. Entretanto, sob as relações capitalistas, essa atividade tende a ser reduzida ao valor de troca, subordinando a ciência, a tecnologia e a força de trabalho à lógica do lucro.

A partir dessa compreensão, a sociedade contemporânea pode ser analisada como um desdobramento da própria modernidade, marcado por transformações estruturais que modificam as formas de organização social, política, cultural e produtiva. Nesse contexto, observa-se o declínio das grandes utopias modernas, pois

a crença em um projeto coletivo de sociedade perde força diante das incertezas e da fragmentação dos discursos universais. Além disso, o individualismo passa a ocupar posição central, deslocando o foco das identidades coletivas, como classe e nação, para os direitos individuais, os estilos de vida e as escolhas pessoais. Portanto, a contemporaneidade evidencia uma sociedade menos orientada por projetos comuns e mais atravessada pela pluralidade, pela instabilidade e pela busca individual por pertencimento e realização (Costa e Ianni, 2018).

Na visão de Bauman (2008), a sociedade contemporânea é marcada pela instabilidade, pela fluidez das relações e pela perda de padrões sólidos que antes orientavam a vida social. Nesse contexto, a passagem da sociedade de produtores para a sociedade de consumidores modificou profundamente os modos de existência, pois o consumo passou a ocupar posição central na construção das identidades e nas relações de inclusão e exclusão, onde os indivíduos são constantemente estimulados a buscar satisfação imediata, visibilidade e pertencimento social por meio dos bens e experiências consumidas.

Nessa perspectiva, o cenário atual do trabalho é marcado por profundas contradições, pois, embora o avanço científico e tecnológico tenha potencial para melhorar as condições de vida humana, seus benefícios têm sido apropriados de forma desigual pelo capital. Nesse contexto, as reformas neoliberais intensificam a precarização das relações trabalhistas, ampliando o desemprego, a insegurança e a instabilidade social. Além disso, discursos como globalização, empregabilidade, reestruturação produtiva e sociedade do conhecimento passam a justificar a necessidade de adaptação permanente dos trabalhadores às exigências do mercado. Portanto, o trabalho, na sociedade contemporânea, permanece como elemento central da formação humana, contudo atravessado por disputas econômicas, ideológicas e sociais que afetam diretamente a dignidade, as condições de existência dos sujeitos e as formas de inserção tecnológica na vida social (Frigotto, 2001).

Em continuidade a essa reflexão, Saviani (2007) compreende trabalho e educação como dimensões propriamente humanas, uma vez que o ser humano não apenas se adapta à natureza, mas a transforma para produzir sua própria existência. Nesse sentido, o trabalho constitui a base da formação humana, pois, ao agir sobre o mundo, o sujeito também aprende, desenvolve conhecimentos e transmite experiências às novas gerações. Além disso, o autor evidencia que, historicamente,

separação entre trabalho e educação esteve relacionada à divisão social em classes, o que produziu formas distintas de acesso ao conhecimento. Portanto, retomar o trabalho como princípio educativo significa compreender a educação como processo articulado à vida social, à produção da existência e à formação integral dos sujeitos.

Em diálogo com essa compreensão, Lopes (2016) analisa o trabalho no mundo contemporâneo a partir das transformações recentes do capitalismo, especialmente aquelas associadas à globalização dos mercados, à reestruturação produtiva, à terceirização, à automação e à precarização das condições laborais. Nesse contexto, as mudanças tecnológicas e organizacionais não atingem apenas a indústria, mas também os serviços e a agricultura, modificando as formas de inserção, permanência e reconhecimento dos trabalhadores. Diante este cenário, o autor evidencia que a precarização se relaciona à perda de direitos, à instabilidade e à ampliação da vulnerabilidade social, sobretudo em sociedades marcadas por desigualdades históricas.

Nessa mesma direção, Queiroz (2026) evidencia que as novas tecnologias vêm provocando mudanças significativas nas relações de trabalho, sobretudo a partir da expansão das plataformas digitais, da automação e da inteligência artificial. Nesse contexto, o trabalho sob demanda e a chamada “economia gig” (uma forma de organização do trabalho baseada em atividades temporárias, flexíveis, sob demanda ou por tarefa, geralmente mediadas por plataformas digitais), ampliam possibilidades de inserção laboral, mas também intensificam debates sobre direitos, proteção social, segurança e precarização. Mediante esta nova realidade, o autor aponta que o futuro do trabalho tende a assumir uma configuração híbrida, marcada tanto pela substituição de determinadas funções quanto pela criação de novas ocupações, especialmente aquelas que exigem capacidades técnicas, analíticas e humanas.

Diante das transformações que atravessam o trabalho contemporâneo, torna-se necessário compreender também o papel das tecnologias na organização da vida social. Segundo Lourenço (2024), o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação tem provocado mudanças culturais significativas, na medida em que atividades antes realizadas de forma presencial passam a ocorrer em ambiente

digitais e virtuais. Nesse contexto, práticas como compras em *marketplaces*, contratação de serviços por plataformas digitais e entregas mediadas por aplicativos modificam os modos de consumo, comunicação, acesso a serviços e inserção laboral. Para além, tais transformações evidenciam que a transição digital não impacta apenas o mercado de trabalho, mas também exige novas formas de formação, capacitação e participação dos sujeitos na sociedade contemporânea.

Nesse mesmo campo de discussão, Lévy (1993) compreende as tecnologias da inteligência como técnicas e dispositivos que ampliam, reorganizam e transformam as formas humanas de pensar, comunicar, registrar informações e produzir conhecimentos. Para o autor, essas tecnologias não se restringem a instrumentos técnicos, pois participam diretamente da constituição das culturas, das relações sociais e dos modos de aprendizagem. Ademais, as técnicas de transmissão e tratamento das mensagens, como a escrita, a informática e as redes digitais, modificam as formas de leitura, escrita, interação e circulação dos saberes.

Silva (2024) menciona em seu estudo que as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação ocupam papel central na sociedade contemporânea, uma vez que estão cada vez mais presentes nas atividades cotidianas, nas relações sociais, no acesso à informação e nas formas de comunicação. Nesse contexto, mídias, programas, dispositivos e redes digitais possibilitam maior interação entre indivíduos e ambientes, favorecendo a circulação de conhecimentos, a colaboração e a ampliação das oportunidades de aprendizagem. Assim a popularização dessas tecnologias contribuiu para a constituição de uma sociedade marcada pelo consumo constante de informações e pela substituição progressiva de práticas tradicionais por recursos digitais.

A expansão das redes digitais na sociedade contemporânea não apenas ampliou o acesso à informação e à comunicação, mas também modificou as formas de interação, consumo, lazer, trabalho e participação social. Nesse cenário, a presença de dispositivos como computadores e celulares possibilitou que diferentes práticas cotidianas fossem reorganizadas em ambientes digitais, envolvendo bancos, lojas, empresas, plataformas de serviços e redes sociais. Esta nova configuração favoreceu o surgimento de novas ocupações e formas de expressão pública, como blogueiros, *youtubers*, jornalistas virtuais e influenciadores digitais, que atuam na produção e circulação de conteúdos na esfera *on-line*. Desse modo, a cultura digital

evidencia uma transformação nas relações humanas, na linguagem e nos modos de pertencimento social, pois os sujeitos passam a interagir, trabalhar, aprender e se representar em redes cada vez mais mediadas pela tecnologia (Gonçalves e Regattieri,2018).

O acesso a informações e serviços governamentais on-line representa uma dimensão importante da sociedade digital, pois amplia as possibilidades de interação entre Estado e cidadãos por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação. No Brasil, desde os anos 2000, iniciativas como o Governo Eletrônico e, posteriormente, a Estratégia de Governança Digital contribuíram para a modernização da administração pública, favorecendo a desburocratização, a transparência e a otimização dos serviços públicos, vindo a fortalecer a cidadania ativa, uma vez que permite ao cidadão acessar direitos, informações e atendimentos de forma mais rápida e integrada (Paz,2024).

Ainda na esfera do impacto e do uso das tecnologias, no que se refere ao lazer, a pesquisa apresentada pelo GS1 Brasil (2019) evidencia que as práticas de entretenimento da Geração Z estão fortemente associadas ao ambiente digital. Nesse contexto, atividades como navegar na internet, ouvir músicas, assistir filmes, séries e programas, acompanhar conteúdos on-line e participar de jogos eletrônicos tornam-se formas recorrentes de ocupação do tempo livre, sendo que neste contexto, o uso de smartphones e demais dispositivos móveis amplia as possibilidades de lazer, permitindo que essas experiências ocorram de maneira contínua, personalizada e integrada ao cotidiano.

A articulação desse cenário pode ser compreendida a partir das contribuições de Castells (2002), ao definir a sociedade em rede como uma nova forma de organização social marcada pela centralidade da informação, da comunicação e das tecnologias digitais nos processos econômicos, culturais e sociais. Nesse contexto, as redes passam a estruturar diferentes dimensões da vida contemporânea, conectando pessoas, instituições, mercados e conhecimentos em fluxos cada vez mais rápidos e globalizados. Para além, essa configuração modifica as relações humanas, o mundo do trabalho e os modos de acesso ao saber, uma vez que a participação social passa a depender, em grande medida, da capacidade de interagir criticamente com informações e tecnologias.

No campo educacional, a cibercultura pode ser compreendida, a partir das contribuições de Lévy (1999), como um contexto sociocultural marcado pela presença das redes digitais, do ciberespaço e de novas formas de comunicação, interação e circulação de saberes. Nessa perspectiva, as tecnologias digitais não apenas ampliam o acesso à informação, mas também modificam os modos de aprender, compartilhar conhecimentos e participar de práticas coletivas.

Em seu estudo, Silva (2024) aponta que o uso das tecnologias na educação constitui uma exigência da sociedade contemporânea, uma vez que as transformações digitais impactam diretamente a vida social, a economia, o mercado de trabalho e as formas de acesso ao conhecimento. Nesse contexto, a escola precisa incorporar as TDICs não apenas como ferramentas pedagógicas, mas também como objetos de reflexão crítica, considerando seus aspectos éticos, sociais, culturais e didáticos. Na EJA, essa inserção torna-se ainda mais relevante, pois contribui para a inclusão digital, a autonomia e a participação cidadã de sujeitos que, muitas vezes, buscam na escolarização novas possibilidades de inserção social e profissional.

Segundo o Ministério da Educação, a educação digital e midiática pode ser compreendida como uma área interdisciplinar que integra competências e aprendizagens previstas na BNCC, envolvendo o uso de tecnologias, comunicação, reflexão crítica, análise de informações e mídias, cultura digital, mundo digital e pensamento computacional (quadro 4). Essa concepção supera o uso meramente instrumental dos recursos tecnológicos, pois busca formar estudantes capazes de compreender como as tecnologias e as mídias são produzidas, como circulam socialmente e de que modo influenciam comportamentos, práticas culturais e formas de participação (Brasil,2025).

Quadro 4 - Dimensões formativas da educação digital e midiática

Dimensão formativa	**Contribuição para a educação**
Educação digital escolar	Desenvolve competências, habilidades e conhecimentos necessários ao exercício da cidadania digital.
Educação midiática	Favorece o acesso, a análise, a criação e a participação crítica no ambiente informacional e midiático.
Pensamento computacional	Estimula a resolução de problemas, a criatividade, a lógica, a análise de padrões e a compreensão de algoritmos.

Cultura digital	Promove participação consciente, crítica, ética e democrática nos ambientes digitais.
Letramento informacional e midiático	Desenvolve a capacidade de selecionar, avaliar e produzir informações de modo responsável.
Cidadania digital	Articula o uso das tecnologias à ética, aos direitos digitais, à segurança e à participação social.
Inteligência artificial e algoritmos	Possibilita compreender os impactos sociais, éticos e educacionais das tecnologias emergentes.
Formação docente	Reforça a necessidade de preparar profissionais da educação para integrar criticamente as tecnologias ao currículo.

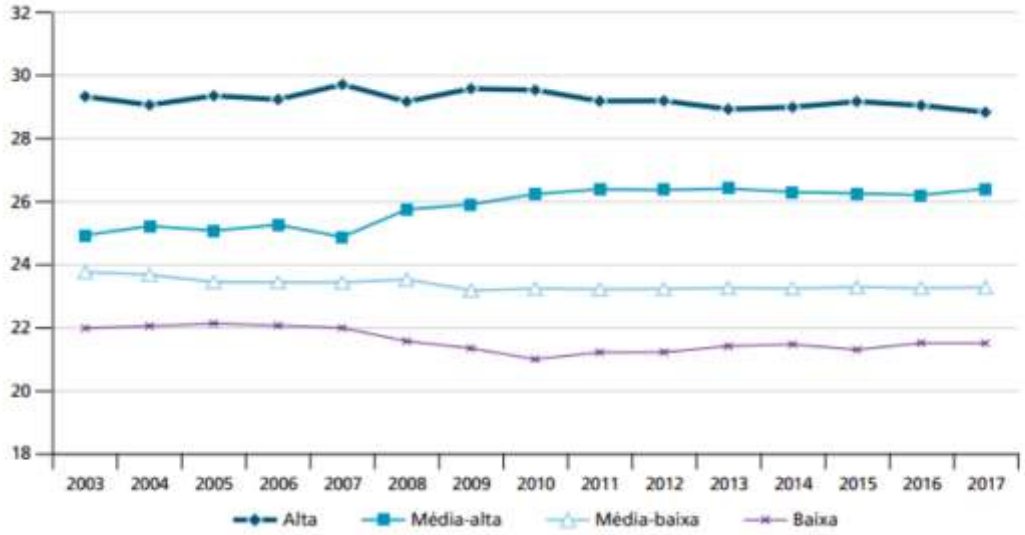
Fonte: Elaborado pela autora (2026) adaptado de Brasil (2025)

Segundo o MEC, a implementação curricular da educação digital e midiática exige planejamento institucional, alinhamento às normativas educacionais vigentes e articulação com a realidade de cada rede de ensino. Esse processo deve considerar as orientações do Conselho Nacional de Educação, especialmente quanto à integração da educação digital, midiática e computacional aos currículos da Educação Básica, tendo como referência a BNCC e os documentos oficiais correlatos. Nesse sentido, a atualização curricular não se limita à inserção de tecnologias como recursos didáticos, mas envolve decisões sobre organização curricular, formação docente, etapas de implementação, oficialização dos referenciais e acompanhamento pelo próprio MEC (Brasil,2025).

As tecnologias digitais vêm modificando o mundo do trabalho, sobretudo no contexto da quarta revolução industrial, em que a automação, a inteligência artificial, a internet das coisas e o uso intensivo de dados passam a reorganizar atividades produtivas e ocupações profissionais. Nesse cenário, Maciente; Rauen; Kubota (2019) analisam o emprego formal brasileiro entre 2003 e 2017 e demonstram que o avanço tecnológico tende a afetar com maior intensidade as ocupações baseadas em tarefas repetitivas, operacionais e de baixa qualificação. Essa questão pode ser observada (imagem 01), no qual as ocupações com alta probabilidade de automação permanecem como a maior parcela do emprego formal ao longo de todo o período analisado, enquanto as ocupações de baixa probabilidade apresentam menor participação. Assim, o gráfico evidencia que uma parte significativa dos trabalhadores brasileiros está inserida em funções mais vulneráveis à substituição tecnológica, o que

reforça a necessidade de formação voltada ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, digitais, analíticas e interativas.

Imagem 01 - Emprego segundo a probabilidade de automação da ocupação – Brasil (2003-2017)



Fonte: Maciente; Rauen; Kubota (2019)

Desta forma, Maciente; Rauen; Kubota (2019) concluem que o Brasil ainda apresenta dificuldades para se preparar plenamente para as novas exigências do trabalho mediado por tecnologias digitais. Embora tenha ocorrido aumento da escolaridade média dos trabalhadores formais entre 2003 e 2017, esse avanço não foi acompanhado, na mesma proporção, pela ampliação de ocupações que exigem maior qualificação, uso de habilidades cognitivas ou domínio de tecnologia da informação. Além disso, os autores destacam que a baixa utilização de habilidades de alto nível, somada às desigualdades regionais e setoriais, torna o país mais vulnerável aos impactos da automação. Portanto, o estudo aponta que a preparação para o futuro do trabalho exige não apenas ampliar a escolarização, mas também qualificar a formação dos sujeitos para o uso crítico das tecnologias, para a resolução de problemas e para a atuação em ocupações menos repetitivas e mais complexas.

Diante deste contexto, e imprescindível falarmos da exclusão digital, que segundo Paz (2024) pode ser definida como às desigualdades de acesso, uso e apropriação das Tecnologias da Informação e Comunicação por diferentes grupos sociais. Na sociedade contemporânea, essa condição limita o exercício da cidadania,

pois dificulta o acesso a serviços públicos, oportunidades educacionais, informações, comunicação e inserção no mundo do trabalho.

A União Internacional de Telecomunicações (UIT), organismo especializado da Organização das Nações Unidas (ONU), compreende a exclusão digital como um fenômeno relacionado às desigualdades de acesso e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação em escala global. De acordo com dados da entidade, cerca de 33% da população mundial, equivalente a 2,6 bilhões de pessoas, ainda não tem acesso à internet ou nunca a utilizou, evidenciando um cenário de profundas disparidades tecnológicas (IBERDROLA,2026).

Além disso, os dados apontam desigualdades de gênero, pois 70% dos homens utilizam a internet, enquanto entre as mulheres esse percentual é de 65%, sendo o número de mulheres desconectadas 17% superior ao dos homens. Para mensurar essas desigualdades, a UIT criou o Índice de Acesso Digital (IAD), indicador que avalia a capacidade dos cidadãos de um país para acessar e utilizar as TICs, considerando cinco dimensões principais: qualidade, infraestrutura, conhecimento, acessibilidade e utilização (IBERDROLA,2026).

O estudo “Conectividade Significativa: propostas para medição e o retrato da população no Brasil”, desenvolvido pelo Cetic.br/NIC.br, propõe uma forma de mensurar a qualidade e a efetividade do acesso da população brasileira às tecnologias digitais. Para isso, utiliza como base indicadores da pesquisa TIC Domicílios, considerada a mais abrangente investigação amostral domiciliar sobre tecnologias da informação e comunicação no país. A pesquisa adota como referencial a noção de conectividade significativa, compreendida como uma perspectiva que ultrapassa a simples existência de acesso à Internet, pois considera se a conexão permite o uso satisfatório de diferentes serviços e oportunidades no ambiente on-line. Para construir essa medida, foram definidos nove indicadores, organizados em quatro dimensões: acessibilidade financeira, acesso a equipamentos, qualidade da conexão e ambiente de uso. A partir da combinação dessas variáveis, o estudo estabelece uma escala de 0 a 9 pontos, na qual os menores escores indicam ausência ou limitação das condições avaliadas, enquanto os maiores escores representam melhores condições de conectividade significativa (Cetic.br/NIC.br,2024).

Embora o Brasil esteja próximo da universalização do acesso à Internet, os dados sobre conectividade significativa demonstram que estar conectado não

significa, necessariamente, ter condições adequadas de uso, apropriação e participação no ambiente digital. O estudo do Cetic.br/NIC.br evidencia que a inclusão digital precisa ser compreendida para além do acesso técnico à rede, considerando também a qualidade da conexão, os equipamentos disponíveis, o custo do serviço, os espaços de uso e as habilidades necessárias para utilizar a Internet de forma produtiva, crítica e segura. Nesse sentido, o quadro 5 sintetiza os principais resultados do levantamento, evidenciando que a baixa conectividade significativa atinge de modo mais intenso grupos sociais historicamente vulnerabilizados (Cetic.br/NIC.br,2024).

Quadro 5 – Síntese dos resultados sobre conectividade significativa no Brasil

Eixo analisado	Resultado Principal	Interpretação para o estudo
Maioria na pior faixa	57% dos brasileiros estão em situação de baixa conectividade significativa, somando os grupos de 0 a 2 pontos e de 3 a 4 pontos.	O acesso à Internet, isoladamente, não garante inclusão digital efetiva.
Faixa satisfatória	Apenas 22% da população alcança a faixa mais alta da escala, entre 7 e 9 pontos.	Uma parcela reduzida da população possui condições mais completas de acesso, uso e apropriação da rede.
Camadas e dimensões	O estudo considera dimensões territoriais, sociodemográficas e socioeconômicas, além da qualificação para o uso da Internet.	A conectividade significativa depende de fatores sociais, econômicos, territoriais e educacionais.
Regiões do país	Norte e Nordeste apresentam os menores percentuais na faixa mais alta, com 11% e 10%, respectivamente.	A desigualdade digital também se expressa regionalmente.
Área rural e urbana	54% da população rural está na pior faixa da escala, enquanto nas áreas urbanas esse percentual é de 30%.	O território interfere diretamente nas condições de acesso e qualidade da conexão.
Faixa etária	61% das pessoas com 60 anos ou mais apresentam os menores escores de conectividade significativa.	A população idosa constitui um grupo mais vulnerável à exclusão digital.

Juventude	Apenas 16% das pessoas de 10 a 15 anos e 24% das pessoas de 16 a 24 anos estão na faixa mais alta.	O estudo relativiza a ideia de que os jovens, por si só, já possuem plena inclusão digital.
Gênero	28% dos homens estão na melhor faixa, em comparação com 17% das mulheres.	A desigualdade digital também se relaciona a barreiras de gênero.
Raça/cor	32% das pessoas brancas estão na faixa mais alta, enquanto entre pretos e pardos esse percentual é de 18%.	A conectividade reproduz desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira.
Escolaridade	Entre pessoas com até o Ensino Fundamental I, 68% estão na pior faixa e apenas 3% na melhor; entre pessoas com Ensino Superior, 59% estão na melhor faixa.	A escolaridade tem forte relação com as condições de acesso, uso e apropriação da Internet.
Classe social	Na classe A, 83% estão na melhor faixa; nas classes DE, apenas 1% alcança essa condição e 64% estão na pior faixa.	A conectividade significativa está diretamente associada às desigualdades socioeconômicas.
Qualificação para o uso da Internet	Quanto melhores os escores de conectividade, maiores são as habilidades digitais e a realização de atividades on-line mais complexas.	A inclusão digital exige não apenas conexão, mas também competências para uso crítico, seguro e produtivo da rede.

Fonte: Elaborado pela autora (2026) adaptado de (Cetic.br/NIC.br,2024).

Conforme sintetizado no quadro 5, os resultados indicam que a conectividade significativa é atravessada por múltiplas desigualdades, envolvendo território, renda, escolaridade, idade, gênero e raça/cor. Além disso, o estudo demonstra que os grupos com piores condições de conectividade são também aqueles que possuem menores habilidades digitais, o que limita o acesso a atividades mais complexas, como busca de informações sobre direitos e serviços, operações financeiras e uso de serviços digitais de governo. Dessa forma, a exclusão digital não pode ser compreendida apenas como ausência de Internet, mas como uma desigualdade mais ampla,

relacionada à capacidade de utilizar a rede de modo autônomo, qualificado e socialmente relevante (Cetic.br/NIC.br,2024).

As recomendações voltadas à conectividade digital universal e significativa evidenciam que a inclusão digital exige metas amplas, mensuráveis e articuladas a diferentes dimensões do acesso. Nesse sentido, a universalização não se limita à presença da Internet nos domicílios ou ao número de usuários conectados, mas envolve também posse de dispositivos, qualidade da infraestrutura, velocidade adequada, acessibilidade financeira e desenvolvimento de habilidades digitais. Além disso, a paridade de gênero aparece como critério relevante para reduzir desigualdades no acesso e no uso das tecnologias, especialmente entre grupos historicamente vulnerabilizados. Dessa forma, as metas propostas indicam que a conectividade significativa depende de condições técnicas, econômicas e formativas, exigindo monitoramento contínuo, políticas públicas integradas e ações capazes de garantir que a população utilize a Internet de modo efetivo, seguro e socialmente produtivo (Cetic.br/NIC.br,2024).

Apesar das potencialidades das tecnologias digitais para a educação, o trabalho e a participação social, e necessário reconhecer que seu acesso ainda ocorre de forma desigual, produzindo processos de exclusão digital. Essa exclusão não se limita à ausência de equipamentos ou conexão à internet, mas envolve também dificuldades de uso, interpretação, produção de informações e participação crítica nos ambientes digitais. Nesse sentido, os sujeitos que não dominam as linguagens e práticas tecnológicas tendem a enfrentar maiores barreiras para acessar serviços, oportunidades educacionais, inserção profissional e exercício da cidadania. Portanto, discutir tecnologias na sociedade contemporânea exige considerar que a inclusão digital deve estar associada à formação crítica, ao desenvolvimento da autonomia e à garantia de condições materiais e pedagógicas para que todos possam participar efetivamente da cultura digital.

Sob a perspectiva de Haddad e Di Pierro (2000), a escolarização de jovens e adultos deve ser compreendida como um campo amplo, historicamente marcado por disputas políticas, sociais e pedagógicas. Embora a EJA envolva diferentes práticas formativas, formais e informais, os autores direcionam a análise para os processos sistemáticos de educação escolar, especialmente aqueles voltados à educação básica. Nesse percurso, evidenciam que o direito à escolarização de jovens e adulto

foi muitas vezes reconhecido no plano legal, mas pouco efetivado pelas políticas públicas, revelando a distância entre a garantia formal e o acesso real à educação. Além disso, destacam que a EJA adquiriu identidade própria sobretudo na segunda metade do século XX, quando passou a ser pensada não apenas como reposição de escolaridade, mas como espaço de cidadania, participação social, valorização dos saberes populares e enfrentamento das desigualdades históricas.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui uma modalidade da Educação Básica voltada a jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos na idade considerada adequada. Embora a Constituição Federal de 1988 reconheça a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, muitos sujeitos ainda enfrentam barreiras sociais, econômicas e culturais que dificultam sua permanência na escola. Nesse contexto, a EJA assume papel fundamental ao possibilitar a retomada da escolarização por trabalhadores, desempregados e pessoas historicamente afastadas da cultura letrada. Além disso, essa modalidade contribui para enfrentar situações de preconceito, vergonha e discriminação, promovendo inclusão, cidadania e novas oportunidades de participação social (Silva,2024).

As políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil são analisadas por Azevedo, Shiroma e Coan (2012) como um processo marcado por sucessivas reformas, continuidades e descontinuidades que, historicamente, estiveram vinculadas às demandas do setor produtivo. Segundo os autores, desde sua origem, a educação profissional foi direcionada às camadas populares e associada à formação para o trabalho manual, consolidando uma dualidade entre ensino propedêutico e ensino profissional. Ao longo dos diferentes governos, especialmente entre FHC e Lula, as reformas buscaram reorganizar a EPT por meio de decretos, leis, programas e novas institucionalidades, mas mantiveram forte articulação com as necessidades do mercado de trabalho. Diante este cenário, o estudo questiona se tais políticas atenderam efetivamente à formação integral dos trabalhadores ou se reforçaram uma lógica instrumental, voltada à qualificação rápida, à empregabilidade e à adaptação dos sujeitos às exigências do capitalismo contemporâneo.

Em perspectiva convergente, Ciavatta (2016) enfatiza que as políticas e normativas voltadas à educação de jovens e adultos, especialmente quando

articuladas à educação profissional, expressam a contradição entre a formação humana integral e a preparação imediata para o mercado de trabalho. Embora a educação deva articular conhecimentos gerais, profissionais, científicos, culturais e tecnológicos, muitas propostas acabam reduzindo o processo formativo à qualificação rápida e funcional à empregabilidade. Neste ínterim, a escola passa a atender prioritariamente às exigências da produção capitalista, valorizando adaptação, disciplina, produtividade e inserção subordinada no trabalho. Diante este cenário, a crítica da autora recai sobre uma concepção educacional que, em vez de promover emancipação, autonomia e consciência crítica, tende a reforçar desigualdades e limitar a formação dos sujeitos trabalhadores.

Para romper este paradigma, e necessario dar a educação na EJA e EPF uma formação de caráter humano e integral. Neste ínterim, Ramos (2014), define que a formação humana integral pode ser compreendida como uma concepção educativa que busca superar a separação histórica entre trabalho manual e trabalho intelectual, articulando a preparação para o trabalho à formação crítica, científica, cultural e cidadã dos sujeitos. Nessa perspectiva, a educação não deve ser reduzida ao treinamento operacional para o exercício de funções produtivas, mas precisa garantir ao jovem, ao adulto e ao trabalhador o direito a uma formação completa, capaz de possibilitar a leitura crítica do mundo e a participação digna na sociedade. Para além essa concepção integra as dimensões do trabalho, da ciência e da cultura, reconhecendo o trabalho como princípio educativo e como mediação histórica na produção da existência humana e do conhecimento, trazendo à tona o caracter da formação humana integral que propõe uma educação omnilateral, voltada não apenas à empregabilidade, mas à autonomia, à emancipação e à atuação consciente dos sujeitos na realidade social.

Nessa perspectiva, as funções de reparar, equalizar e qualificar evidenciam a amplitude social e formativa da Educação de Jovens e Adultos. A função reparadora relaciona-se ao reconhecimento de uma dívida histórica com sujeitos que tiveram o direito à escolarização negado ou interrompido. A função equalizadora, por sua vez, busca ampliar as oportunidades de acesso aos bens sociais, culturais e educacionais, favorecendo novas formas de participação no mundo do trabalho, na vida social e nos espaços de cidadania. Já a função qualificadora compreende a educação como processo permanente, voltado à atualização de conhecimentos, ao desenvolvimento

das potencialidades humanas e à continuidade da aprendizagem ao longo da vida. Desse modo, a EJA ultrapassa a simples reposição da escolaridade, assumindo papel estratégico na inclusão social, na valorização das trajetórias dos educandos e na formação crítica para a sociedade contemporânea (Costa *et al*,2023).

Portanto, as categorias trabalho, ciência, tecnologia e cultura são indissociáveis na formação humana, pois expressam diferentes dimensões da produção da existência social. O trabalho, compreendido em seu sentido ontológico, constitui a mediação pela qual o ser humano transforma a natureza, produz sua vida material e, simultaneamente, constrói conhecimentos e formas de sociabilidade. A ciência, por sua vez, resulta da sistematização histórica desses conhecimentos, permitindo compreender e representar as relações que estruturam a realidade. Já a tecnologia configura-se como mediação entre o conhecimento científico e a intervenção prática no mundo, ampliando as capacidades humanas nos processos produtivos e sociais. Diante este cenário, a cultura articula valores, símbolos, práticas, linguagens e modos de vida, possibilitando que os sujeitos interpretem criticamente a sociedade em que vivem. Desse modo, uma formação humana integral deve articular essas dimensões, superando uma educação fragmentada e promovendo a compreensão crítica da realidade, da produção social do conhecimento e da atuação dos sujeitos no mundo contemporâneo (Ramos,2014).

Em seu estudo, Kuenzer (2017) reforça que a intersecção entre educação profissional e tecnologias evidencia-se nas transformações do mundo do trabalho, especialmente diante da globalização, da reestruturação produtiva e da crescente presença da ciência e da tecnologia nos processos sociais e produtivos. Nesse contexto, a formação profissional deixa de estar vinculada apenas ao treinamento para tarefas repetitivas e passa a exigir o desenvolvimento de competências cognitivas, comunicativas, éticas e técnico-científicas mais complexas. Deste modo, as tecnologias não apenas modificam os instrumentos de produção, mas também redefinem as exigências formativas dos trabalhadores, demandando capacidade de análise, resolução de problemas, adaptação, comunicação e aprendizagem permanente. Contudo, essa relação também revela contradições, pois a ampliação das exigências tecnológicas nem sempre é acompanhada por políticas educacionais capazes de garantir formação ampla e qualificada para todos. Portanto, a educação profissional, quando articulada criticamente às tecnologias, deve superar a

preparação instrumental para o mercado e assumir uma perspectiva formativa que integre trabalho, ciência, tecnologia e formação humana.

Para Coelho (2021), a relação entre EJA e tecnologia, na perspectiva da formação crítica, exige superar concepções meramente instrumentais que reduzem os recursos tecnológicos a ferramentas neutras de inovação educacional. Nesse sentido, a inserção das tecnologias na educação de jovens e adultos não deve ocorrer apenas pela presença de equipamentos, plataformas ou mídias digitais, mas pela compreensão de seu papel social, histórico e cultural. Como os sujeitos da EJA são, em grande parte, trabalhadores inseridos em uma sociedade marcada por transformações científicas, tecnológicas e produtivas, torna-se necessário que as práticas educativas favoreçam a apropriação crítica desses conhecimentos. Nesse tocante, a tecnologia deve ser compreendida como produção humana e expressão do trabalho social, articulando-se à formação integral, à leitura crítica da realidade e ao desenvolvimento da autonomia dos educandos.

Dentro deste intrínseco cenário, o multiletramento na EJA pode ser compreendido como uma abordagem pedagógica que reconhece a diversidade de linguagens, culturas e práticas sociais presentes na sociedade contemporânea. Essa perspectiva ultrapassa o ensino tradicional da leitura e da escrita, pois considera textos compostos por diferentes modos de significação, como linguagem verbal, visual, sonora, gestual, corporal e digital. Nesse contexto, os textos digitais assumem caráter multimodal, multissemiótico e multimidiático, exigindo dos estudantes novas formas de interpretar, produzir e circular sentidos em diferentes suportes. Na EJA, essa abordagem torna-se especialmente relevante, pois permite partir das culturas de referência dos educandos, de seus repertórios cotidianos e de gêneros já conhecidos, para ampliar sua participação crítica em outras práticas de letramento. Para além disso, a pedagogia dos multiletramentos contribui para que a escola dialogue com as transformações tecnológicas e culturais, promovendo uma formação mais plural, ética, democrática e conectada às demandas sociais. Portanto, inserir o multiletramento na EJA significa fortalecer práticas de leitura e escrita significativas, capazes de ampliar a compreensão de mundo, a autonomia e a formação integral dos sujeitos (Oliveira,2023).

Os multiletramentos, articulados às TIC, assumem papel relevante na emancipação política dos sujeitos da EJA, pois possibilitam novas formas de leitura

diálogo, participação e intervenção na realidade social. Nessa perspectiva, educar jovens, adultos e idosos exige reconhecer suas trajetórias, culturas, experiências e modos de compreender o mundo, criando práticas pedagógicas que ultrapassem os limites da escolarização tradicional. As tecnologias digitais, quando apropriadas de forma crítica e ética, podem ampliar o acesso à informação, favorecer a expressão dos sujeitos e fortalecer processos de participação social. Entretanto, para que isso ocorra, é necessário que a prática docente esteja orientada pelo diálogo, pela pesquisa, pela reflexão coletiva e pelo compromisso com a superação das desigualdades (Carvalho,2019).

Em seu estudo Silva (2022) conceitua o multiletramento em diferentes linguagens, como uma ferramenta que amplia a compreensão tradicional de leitura e escrita, considerando as múltiplas formas de produção de sentidos presentes na sociedade contemporânea. Nesse contexto, textos verbais, imagens, vídeos, sons, charges, tirinhas, anúncios e mídias digitais passam a compor práticas sociais de comunicação que precisam ser trabalhadas criticamente pela escola.

Entretanto para materializar esta prática pedagógica, a formação docente em EJA, na perspectiva dos multiletramentos, exige compreender o professor como sujeito em permanente processo de formação, reflexão e reconstrução de sua prática pedagógica. Em uma sociedade marcada pela presença das tecnologias digitais, das múltiplas linguagens e da circulação intensa de informações, o trabalho docente precisa ultrapassar o uso instrumental das TIC, assumindo uma postura crítica, dialógica e sensível às experiências dos educandos jovens, adultos e idosos. Nesse sentido, formar professores para a EJA implica criar espaços coletivos de estudo, partilha e pesquisa, nos quais as práticas escolares sejam analisadas à luz das culturas, linguagens e saberes sociais dos estudantes. Além disso, os multiletramentos tornam-se fundamentais para ampliar as possibilidades de leitura, produção de sentidos e participação cidadã, considerando textos, mídias, imagens, sons e discursos que atravessam o cotidiano dos sujeitos. Portanto, a formação docente nessa perspectiva deve articular autonomia, colaboração, criticidade e compromisso político, favorecendo práticas pedagógicas capazes de promover aprendizagem significativa, emancipação social e inclusão na cultura digital (Carvalho,2019).

A luz dos pressupostos de Kenski (2007), fazendo de suas, as minhas convicções, a utilização de tecnologias na educação deve ser compreendida como um processo que ultrapassa o simples uso de equipamentos e recursos digitais em sala de aula. As tecnologias modificam os modos de acesso à informação, comunicação, interação e aprendizagem, exigindo da escola novas formas de organização pedagógica e curricular. Nesse contexto, a presença das TICs e das tecnologias digitais pode ampliar as mediações entre professor, estudante e conhecimento, favorecendo práticas mais dinâmicas, colaborativas e conectadas à realidade social. Contudo, sua inserção no processo educativo requer intencionalidade pedagógica, formação docente e adequação aos objetivos de aprendizagem, pois o uso inadequado ou meramente instrumental tende a reproduzir práticas tradicionais em novos suportes.

Em seu estudo Silva (2024), investigou o uso das TDIC' s na EJA por meio de pesquisa bibliográfica, observação direta, entrevista com a coordenação e questionários aplicados a cinco professores. Os resultados (quadro 6) indicaram que os docentes reconhecem a importância das tecnologias, mas não as utilizam como gostariam devido à falta de equipamentos, ambiente adequado, acesso à internet, incentivos e capacitação.

Quadro 6 – Desafios e possibilidades do uso das TDIC' s na EJA

Aspecto observado	Resultado identificado no estudo
Uso das TDIC' s na EJA	Os professores reconhecem a importância dos recursos digitais, mas o uso ainda é limitado.
Principais dificuldades	Falta de equipamentos, laboratório ativo, internet adequada e infraestrutura tecnológica.
Formação docente	Ausência de capacitação específica para uso pedagógico das tecnologias.
Condições dos estudantes	Nem todos possuem celular, internet ou dispositivos adequados para acompanhar atividades digitais.
Potencial pedagógico	As TDICs podem tornar as aulas mais atrativas, interativas e próximas da realidade dos alunos.
Implicação para a EJA	A tecnologia pode favorecer inclusão digital, aprendizagem e formação cidadã, desde que haja planejamento e suporte institucional.

Fonte: Elaborado pela autora (2026) adaptado de Silva (2024)

O estudo “EJA Conectada: a pedagogia dos multiletramentos nos processos educativos de jovens e adultos escolarizados” de Carvalho (2019), investigou as concepções de docentes, discentes e gestores sobre a possibilidade de desenvolver práticas socioculturais de multiletramentos, com uso das Tecnologias Digitais, no contexto pedagógico da EJA. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada em uma escola pública da Bahia, configurando-se como estudo de caso de inspiração etnográfica, com ênfase na colaboratividade. Fundamentada na pedagogia libertadora, no sociointeracionismo e na pedagogia dos multiletramentos, a investigação buscou compreender como as TIC podem contribuir para práticas educativas mais críticas, participativas e conectadas às experiências dos sujeitos da EJA. Os resultados indicaram que os estudantes já estão inseridos em uma cultura digital e reconhecem as tecnologias como caminhos atrativos de aprendizagem; entretanto, também revelaram que a efetivação dessas práticas depende da formação continuada dos professores, da criação de metodologias colaborativas e da reorganização das práticas pedagógicas.

No estudo de Silva (2022), desenvolvido a partir da experiência no Programa de Residência Pedagógica, em uma turma de EJA Modular de uma escola pública de Maceió-AL, o trabalho teve como foco o planejamento de atividades de Língua Portuguesa mediadas por plataformas como *Google Classroom*, *Google Forms*, *WhatsApp*, *Kahoot* e *Wordwall.* A proposta buscou articular diferentes linguagens contemporâneas, como textos, imagens, vídeos e jogos digitais, adequando os recursos aos conhecimentos prévios dos estudantes e à realidade social da turma. Os resultados indicaram que, apesar das dificuldades relacionadas ao acesso à internet, à falta de dispositivos e ao pouco domínio das tecnologias, as atividades digitais e gamificadas favoreceram maior participação, interação e envolvimento dos alunos. Desse modo, o estudo evidencia que os recursos digitais podem contribuir para práticas multiletradas na EJA, desde que sejam utilizados com planejamento, intencionalidade pedagógica e atenção às condições concretas dos educandos.

Diante do percurso teórico desenvolvido, compreende-se que a discussão sobre multiletramento na EJA exige uma leitura ampliada da sociedade contemporânea, marcada pela centralidade do trabalho, pelas transformações tecnológicas, pela cultura digital e pelas desigualdades de acesso aos recursos digitais. Ao longo do estudo, evidenciou-se que a EJA não pode ser reduzida à

reposição da escolaridade, pois constitui uma modalidade vinculada à inclusão social, à formação cidadã, à emancipação dos sujeitos e à valorização de trajetórias historicamente interrompidas.

Nesse contexto, o multiletramento apresenta-se como uma possibilidade pedagógica capaz de articular diferentes linguagens, tecnologias, práticas sociais e experiências dos educandos, favorecendo a leitura crítica do mundo e a participação ativa na sociedade. Portanto, a formação integral do aluno da EJA, diante dos avanços da sociedade contemporânea, demanda práticas educativas que unam trabalho, ciência, tecnologia, cultura e cidadania, superando o uso instrumental das tecnologias e promovendo aprendizagens significativas, críticas e socialmente relevantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira categoria, a escolarização apareceu vinculada à garantia de direitos e à participação dos sujeitos na vida coletiva. Haddad e Di Pierro (2000) discutiram a distância entre o reconhecimento do direito à educação e sua concretização nas políticas públicas. Costa *et al.* (2023), ao abordarem as funções reparadora, equalizadora e qualificadora da EJA, reforçaram a necessidade de considerar as trajetórias de exclusão e a continuidade da aprendizagem.

Essa aproximação permitiu interpretar o retorno à escola como parte de um processo mais amplo de acesso ao conhecimento e de reconhecimento social. A relação entre trabalho e educação desenvolvida por Frigotto (2001) e Saviani (2007) ofereceu fundamento para compreender os estudantes como sujeitos que produziram saberes em suas experiências sociais e profissionais. A formação integral foi, assim, compreendida como um processo que incorporou essas experiências e buscou ampliar a compreensão crítica da realidade.

Coelho e Araújo (2021) acrescentaram a essa discussão a apropriação das tecnologias como parte da formação crítica dos trabalhadores. A dimensão transformadora da EJA foi, portanto, interpretada em relação às oportunidades concretas de aprender e participar da vida social. Essa leitura permitiu questionar explicações das dificuldades digitais centradas apenas no indivíduo, considerando também as oportunidades educacionais e as desigualdades que limitaram sua participação na cultura digital.

Ao examinarem o emprego formal brasileiro entre 2003 e 2017, Maciente, Rauen e Kubota (2019) identificaram baixa utilização de habilidades de maior complexidade e desigualdades regionais. Esses resultados colocaram em questão a expectativa de que o aumento da escolarização, isoladamente, asseguraria melhores oportunidades profissionais. Em diálogo com esse cenário, Lourenço (2024) discutiu desafios de qualificação e proteção dos trabalhadores diante da digitalização das atividades econômicas.

A aproximação dos estudos evidenciou a necessidade de considerar as condições de inserção profissional na discussão sobre formação. Kuenzer (2017) discutiu exigências formativas relacionadas aos conhecimentos técnicos, à capacidade de análise e à comunicação. A crítica de Frigotto (2001) à redução da educação às demandas do mercado acrescentou uma dimensão política a essa discussão. A leitura

conjunta sustentou uma compreensão da formação na EJA que incorporou a preparação profissional e a análise das mudanças produtivas, das condições de trabalho e dos direitos dos trabalhadores.

As desigualdades de conectividade atravessaram essa discussão. O relatório do Cetic.br/NIC.br (2024) relacionou as condições de uso da internet aos equipamentos disponíveis, ao custo e à qualidade da conexão. Seus dados se referiram à população brasileira e ofereceram contextualização para as barreiras discutidas no trabalho, sem representar especificamente os estudantes da EJA. A interpretação conjunta indicou que a formação para o mundo do trabalho precisava considerar tanto a aprendizagem quanto as possibilidades reais de acesso às tecnologias.

Na terceira categoria, as possibilidades pedagógicas foram examinadas em relação aos obstáculos descritos nos estudos. Silva (2024) identificou, no contexto escolar investigado, dificuldades relativas à infraestrutura, à conexão e à formação docente. Carvalho (2019) também destacou a necessidade de formação continuada dos professores para responder às experiências dos estudantes na cultura digital. A aproximação desses trabalhos indicou que a iniciativa docente precisava ser acompanhada de condições institucionais para a integração das tecnologias ao ensino.

Quanto às práticas de linguagem, Silva (2022) apresentou experiências de ensino remoto na EJA que mobilizaram textos, imagens, vídeos e jogos digitais, considerando os conhecimentos prévios dos estudantes. Oliveira (2023), por sua vez, elaborou uma proposta de leitura literária com *Quarto de despejo*, articulando a obra às experiências dos educandos e a diferentes linguagens. Embora tivessem naturezas distintas, os trabalhos ofereceram caminhos para aproximar as práticas escolares dos repertórios culturais dos alunos. O caráter propositivo do estudo de Oliveira (2023) permitiu discutir possibilidades de ensino, sem demonstrar efeitos de sua aplicação.

O diálogo com Kenski (2007) permitiu compreender a importância de vincular os recursos digitais aos objetivos pedagógicos. Nessa leitura, o multiletramento envolveu interpretar e produzir sentidos em diferentes linguagens, articulando experiências culturais e reflexão crítica. A contribuição das tecnologias foi situada nas atividades que poderiam ampliar a autonomia e a participação dos estudantes, e diálogo com a concepção de formação humana de Ramos (2014). A novidade do recurso, isoladamente, não constituiu evidência de qualidade da aprendizagem.

A articulação das categorias indicou que o uso pedagógico das tecnologias na EJA

poderia contribuir para a formação integral quando associado à valorização dos saberes dos educandos, à mediação docente e a condições adequadas de acesso. Essa interpretação respondeu ao objetivo geral ao relacionar os multiletramentos à leitura crítica da realidade e à participação social. Como os materiais reuniram pesquisas com diferentes recortes e propostas pedagógicas, os resultados sustentaram uma interpretação bibliográfica, sem permitir generalizar efeitos sobre a aprendizagem ou estabelecer uma relação automática entre tecnologia e emancipação.

Deste modo, em resposta ao objetivo geral, a revisão indicou que o uso de tecnologias nas práticas pedagógicas da EJA poderia favorecer os multiletramentos ao possibilitar a leitura, a interpretação e a produção de sentidos em diferentes linguagens, relacionadas às experiências dos estudantes. A articulação entre textos, imagens, vídeos e práticas culturais ofereceu caminhos para ampliar as possibilidades de expressão e compreensão crítica das informações. Sua contribuição para a formação integral foi compreendida na relação entre aprendizagem escolar, autonomia e participação na vida social e no mundo do trabalho.

Essa contribuição esteve vinculada às condições de acesso e à organização do trabalho pedagógico. As limitações de infraestrutura, conectividade e formação docente identificadas nos estudos ressaltaram a necessidade de planejamento e suporte institucional. Portanto, os resultados indicaram que a integração das tecnologias à EJA precisava considerar os saberes dos educandos e as finalidades educativas das atividades propostas. A pesquisa sustentou, portanto, possibilidades de promover os multiletramentos e a formação integral, sem estabelecer efeitos automáticos ou generalizáveis sobre a aprendizagem.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo analisar como o uso de tecnologias nas práticas pedagógicas da EJA pode promover o multiletramento e contribuir para a formação integral dos alunos diante dos avanços da sociedade contemporânea. A problemática proposta mostrou-se relevante, pois as tecnologias digitais atravessam o mundo do trabalho, a comunicação, o acesso à informação, os serviços públicos e a participação social, exigindo novas formas de leitura, escrita, interação e aprendizagem.

A partir da revisão bibliográfica, compreendeu-se que a EJA não deve ser vista apenas como reposição da escolaridade, mas como uma modalidade vinculada à inclusão social, à cidadania e à emancipação dos sujeitos. Nesse contexto, o multiletramento apresenta-se como uma possibilidade pedagógica importante, pois valoriza diferentes linguagens, mídias, culturas e experiências dos educandos, favorecendo práticas educativas mais críticas, significativas e conectadas à realidade.

Quanto aos objetivos específicos, o estudo permitiu compreender a EJA como ferramenta de transformação social, discutir os impactos do avanço tecnológico no mundo do trabalho e contextualizar o multiletramento como caminho para a formação integral. Conclui-se que o uso das tecnologias, quando planejado de forma crítica e intencional, pode ampliar a autonomia, a inclusão digital e a participação dos estudantes da EJA na sociedade contemporânea.

Como limitação, destaca-se que a pesquisa foi bibliográfica, sem realização de investigação de campo com estudantes, professores ou gestores. Por isso, recomenda-se que estudos futuros analisem práticas pedagógicas concretas em turmas da EJA, especialmente aquelas voltadas ao uso de tecnologias digitais, produção textual multimodal, leitura crítica das mídias e desenvolvimento de competências digitais. Também se sugere aprofundar pesquisas sobre formação docente e políticas públicas de inclusão digital, considerando que o multiletramento na EJA depende não apenas do acesso às tecnologias, mas de condições reais para seu uso crítico, ético e socialmente significativo.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. **As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem.** Boletim Técnico do Senac, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 27–40, 2012. Disponível em: https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164. Acesso em: 24 set. 2026.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de janeiro: Zahar, 2008.199p.

BRASIL. **Educação digital e midiática: como elaborar e implementar o currículo nas escolas**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Brasília: Ministério da Educação, 2025.Disponível em:https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/documentos/guia_eddigital_versofinaloficial.pdf. Acesso em: 24 set. 2026.

CARVALHO, Maria Cezarela Oliveira. **EJA Conectada: a pedagogia dos multiletramentos nos processos educativos de jovens e adultos escolarizados**. 2019. 178 f. Dissertação (Pós- graduação em Educação e Contemporaneidade) - Universidade do Estado da Bahia, Salvador,2019. Disponível em:https://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2019/04/EJA-Conectada-a-pedagogia-dos-multiletramentos-nos-processos-educativos-de-jovens-e-adultos-esco.pdf. Acesso em: 24 set. 2026.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6. ed. rev. e ampl. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 1. (A era da informação: economia, sociedade e cultura).

CIAVATTA, Maria. **A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE A CONFIGURAÇÃO DO CAMPO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**. HOLOS, [S. l.], v. 6, p. 33–49, 2016. DOI: 10.15628/holos.2016.5013. Disponível em: https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013. Acesso em: 24 set. 2026.

COELHO, Lenir de Jesus Barcelos**. As tecnologias na educação de jovens e adultos: contribuições para a prática educativa**.Anápolis: IFG, 2021.Disponível em:https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/644883/2/AS%20TECNOLOGIAS%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20JOVENS%20E%20ADULTOS%20-%20CONTRIBUI%C3%87%C3%95ES%20PARA%20A%20PR%C3%81TICA%20EDUCATIVA.pdf. Acesso em: 24 set. 2026.

CETIC.br/NIC.br. **Conectividade significativa: propostas para medição e o retrato**

da população no Brasil. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR; tradução Ana Zuleika Pinheiro Machado. -- São Paulo: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2024.ISBN 978-65-85417-37-2. Disponível em:https://cetic.br/media/docs/publicacoes/7/20240606115919/estudos_setoriais-conectividade_significativa.pdf. Acesso em: 24 set. 2026.

COSTA, Maria Helena da et al. Educação de jovens e adultos: reparar, equalizar e qualificar. **OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA**, v. 21, n. 12, p. 26189-26214, 2023. Disponível em: https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/2547. Acesso em: 24 set. 2026.

COSTA, Maria Izabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zöllner. **Transformações da sociedade contemporânea.** In: Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica [online]. São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC, 2018, pp. 5-41. ISBN: 978-85-68576-95-3. Disponível em:https://books.scielo.org/id/sysng/pdf/costa-9788568576953-02.pdf. Acesso em: 24 set. 2026.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho**: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. Perspectiva, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770. Acesso em: 24 set. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GONÇALVES, Kamila; REGATTIERI, Silvia Maria Alvim. TECNOLOGIA E CULTURA: entendendo as relações sociais na era digital. **Revista Interface Tecnológica**, v. 15, n. 1, p. 338-348, 2018. Disponível em:https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/325. Acesso em: 24 set. 2026.

GS1, Brasil. **Internet é principal atividade de lazer para 54% dos jovens**.2019. Recurso eletrônico. Disponível em:https://noticias.gs1br.org/internet-e-principal-atividade-de-lazer-para-54-dos-jovens/.Acesso em: mai,2026.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2000, n.14, pp.108-130. ISSN 1413-2478.Disponível em:http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000200007&script=sci_abstract. Acesso em: 24 set. 2026.

IBREDOLA. **A exclusão digital no mundo e por que provoca desigualdade**.2026. Recurso eletrônico. Disponível em:https://www.iberdrola.com/compromisso-social/o-que-e-exclusao-digital. Acesso em: 24 set. 2026.

KENSKI, V. M. **Educação e tecnologias o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus Editora:2007.

KUENZER, Acacia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, *[S. l.]*, v. 25, n. 2, p. 18–29, 2017. Disponível em: https://bts.senac.br/bts/article/view/596. Acesso em: 24 set. 2026.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. por Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1993.

LOPES, José Sérgio Leite. **O trabalho no mundo contemporâneo**. In: BRAGA, I. F., VELASQUES, M. C. C., MOROSINI, M. V. C., BATISTELLA, R. R. C., LIMA, J. C. F., and CHAGAS, D. C., eds. O trabalho no mundo contemporâneo: fundamentos e desafios para a saúde [online]. Rio de janeiro: Editora FIOCRUZ, 2016, pp. 37-56. Acesso em: 24 set. 2026.

LOURENÇO, Rosane S. **CAPÍTULO 4 – TECNOLOGIA-TRABALHO**. IPEA.2024. ISBN 978-65-5635-071-4. Disponível em:https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/ef068c31-f567-46a9-9f83-90c5ddb951bb/content. Acesso em: 24 set. 2026.

MACIENTE, Aguinaldo Nogueira; RAUEN, Cristiane Vianna; KUBOTA, Luis Cláudio. Tecnologias digitais, habilidades ocupacionais e emprego formal no Brasil entre 2003 e 2017. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 66, p. 1-15, abr. 2019. Ipea. Disponível em:https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/190520_bmt_66_dossie_tecnologias_digitais.pdf. Acesso em: 24 set. 2026.

OLIVEIRA, Shirley Ornelas. **Multiletramentos na EJA: uma proposta de ampliação da competência leitora com a obra Quarto de despejo: diário de uma favelada de Carolina Maria de Jesus.** Dissertação (mestrado profissional em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, 2023.- São Cristóvão, SE, 2023. Disponível em:https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/18282/2/SHIRLEY_ORNELAS_OLIVEIRA.pdf. Acesso em: 24 set. 2026.

PAZ, Carlos Eduardo B. **GOVERNO DIGITAL E EXCLUSÃO DIGITAL: das vulnerabilidades aos vulneráveis: uma proposta inclusiva para pessoas em situação de rua na Plataforma Gov. br**. Trabalho de Conclusão de Curso (Segurança e Defesa Cibernética) - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro,2024. Disponível em:https://repositorio.esg.br/bitstream/123456789/2106/1/GOVERNO_DIGITAL_E_EXCLUSAO_DIGITAL_assinado.pdf. Acesso em: 24 set. 2026.

PRÁ, Gustavo Fronza de. Breve análise sobre a relação homem e sociedade. **Saber Humano**, ISSN 2446-6298, Edição Especial: Cadernos de Ontopsicologia, p. 51-63, mar. 2018.Disponível em:https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/download/286/308/987. Acesso em: 24 set. 2026.

QUEIROZ, Angelo Azevedo. **Inteligência artificial, automação do trabalho, empregabilidade e previdência social**. BRASIL. Câmara dos Deputados. Centro de Estudos e Debates Estratégicos. Relator: Hélio Lopes. Organização: Angelo Azevedo Queiroz. Brasília: Edições Câmara, 2026. Série Estudos Estratégicos, n. 18. ISBN 978-85-402-1205-3. Disponível em:https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudos/arquivos/CORRIGIDO1_MioloCedesIA_26326Serev.pdf. Acesso em: 24 set. 2026.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politicada-educacao-profissional.pdf. Acesso em: 24 set. 2026.

SAVIANI, Dermeval**. Trabalho e educação:** fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt. Acesso em: 24 set. 2026.

SILVA, Karolaine Ferreira da. **A importância da inserção e uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Instituto Padre Miguelinho**. 2024.44 f. Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Curso de Pedagogia. Natal, RN, 2024.Disponível em:https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/415db402-b330-4977-b090-638a08ef3a5c/content. Acesso em: 24 set. 2026.

SILVA, José Rafael Tavares da. **Recursos digitais para a prática de multiletramento em modo remoto em turma de educação de jovens e adultos** – **EJA.** 2022. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Português) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022. Disponível em: https://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/12014. Acesso em: 24 set. 2026.

SILVA, Antonio Wardison C; JUNIOR, Delmiro Vieira N. A natureza social da pessoa humana. **Revista de Cultura Teológica** - v. 18 - n. 71 - jul/set 2010.Disponível em:https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/download/15395/11501/3744 5. Acesso em: 24 set. 2026.

TEIXEIRA, Mylene Nogueira. A SOCIALIZAÇÃO DO INDIVÍDUO E SUAS DIVERSAS FACETAS. **Educ. Rev., Belo Horizonte**, v. 33, e167683, 2017. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982017000100200&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 set. 2026.